A PARCERIA NECESSÁRIA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TAINA KATHARIN CANDIDO SILVA DOS SANTOS

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar a complexa e fundamental relação entre a família e a escola no contexto da Educação Infantil. Compreendendo que ambas são as principais instituições socializadoras da criança, o estudo investiga, através de revisão bibliográfica, como a cooperação mútua favorece a aprendizagem e a segurança emocional do aluno. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Içami Tiba, Paulo Freire, Henri Wallon e Vitor Paro, além de diretrizes legais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Discute-se o conceito de Gestão Democrática, a importância da comunicação não-violenta e estratégias práticas para trazer os pais para dentro do ambiente escolar, superando a visão antiquada de que a família apenas "atrapalha" ou "cobra". Conclui-se que o sucesso escolar não depende apenas de boas práticas pedagógicas, mas de uma aliança sólida onde a família se sinta pertencente ao projeto educativo.
PALAVRAS-CHAVE: Relação Família-Escola. Gestão Democrática. Educação Infantil. Afetividade. Parceria.

1. INTRODUÇÃO

A entrada na escola marca, para a grande maioria das crianças, a primeira separação significativa do seio familiar. É o momento em que o mundo privado (a casa) se encontra com o mundo público (a escola). Durante séculos, a educação da criança pequena foi considerada tarefa exclusiva da família, cabendo à escola apenas a instrução formal a partir dos 7 anos. No entanto, com as transformações sociais do século XX, especialmente a entrada da mulher no mercado de trabalho e a urbanização acelerada, a Educação Infantil passou a ocupar um papel central na sociedade.
Historicamente, essas duas instituições caminharam de formas distintas e, por vezes, antagônicas: à família cabia a educação moral, religiosa e os cuidados básicos de higiene; à escola, cabia a transmissão do saber científico acumulado pela humanidade. No entanto, na contemporaneidade, essas fronteiras se diluíram. Na Educação Infantil, não é possível separar o cuidar do educar. A criança que não está bem emocionalmente em casa não aprende na escola, e a criança que não é acolhida na escola leva suas angústias para casa, alterando a dinâmica familiar.
Portanto, o diálogo entre essas duas esferas não é apenas desejável, é vital. O objetivo deste artigo é investigar os desafios e as possibilidades dessa parceria. Busca-se responder: Como a escola pode abrir suas portas para uma participação efetiva dos pais sem perder sua autonomia pedagógica? Como transformar a cobrança mútua em colaboração?
Para isso, será realizada uma análise qualitativa baseada em literatura especializada, focando na premissa de que a criança é o sujeito central desse processo e a maior beneficiada dessa união. Serão abordados aspectos históricos, legais e práticos, propondo caminhos para uma gestão democrática e acolhedora.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA: DA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

Para compreender os conflitos atuais entre família e escola, é preciso olhar para a história da Educação Infantil no Brasil. Até a década de 1980, as creches tinham um caráter eminentemente assistencialista. Elas eram vistas como um "mal necessário", um lugar para guardar os filhos das mães trabalhadoras pobres. A função da "tia" da creche era apenas trocar fraldas, dar mamadeira e garantir que a criança não se machucasse. Não havia proposta pedagógica, e a família era vista apenas como "usuária" de um serviço de caridade.
A partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a Educação Infantil (creche e pré-escola) passou a ser reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica. Isso mudou tudo. A creche deixou de ser um favor e passou a ser um direito da criança e um dever do Estado.
Nesse novo cenário, a escola passou a

ter uma função pedagógica clara. Porém, muitas famílias ainda enxergam a escola com a visão antiga: como um lugar onde se deixa a criança para ser cuidada. Esse descompasso de expectativas é a raiz de muitos conflitos: a professora quer ensinar e desenvolver projetos, enquanto alguns pais querem apenas saber se o filho comeu tudo e se dormiu. Alinhar essas expectativas é o primeiro passo para a parceria.

3. A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA EDUCADORA

Antes de ser aluno, a criança é filho(a). É no ambiente familiar que ocorrem as primeiras mediações com a cultura. A linguagem (o idioma materno), os hábitos de higiene, os valores religiosos e éticos, os preconceitos e a própria noção de "eu" são construídos no lar.

3.1 A Mudança nas Configurações Familiares

É fundamental que a escola contemporânea compreenda que o modelo de família "tradicional" ou "nuclear" (pai, mãe e filhos biológicos) não é mais o único, e em muitas comunidades, nem sequer é o majoritário. Hoje, recebemos alunos criados por avós (fenômeno crescente no Brasil), por casais homoafetivos, por mães solo, por pais viúvos ou em lares reconstituídos (com padrastos, madrastas e meios- irmãos).

O educador deve estar preparado para acolher essas diversas configurações sem julgamentos morais. Segundo Heloisa Szymanski (2001), a família é definida pelos laços de afetividade e cuidado, não apenas pela consanguinidade.

"A família é o primeiro grupo social da criança e o modelo de seus relacionamentos futuros. Se a escola desqualifica a família da criança, seja ela como for, está desqualificando a própria criança, gerando nela um sentimento de não-pertencimento." (SZYMANSKI, 2001, p. 23).

Quando a escola respeita a estrutura familiar da criança, ela valida a identidade desse aluno. Ao contrário, quando a escola critica ou ignora a realidade doméstica (por exemplo, fazendo festas de "Dia dos Pais" em turmas onde muitas crianças não têm pai presente no registro), cria-se um abismo onde a criança se sente forçada a "escolher um lado", gerando insegurança e baixo rendimento.

3.2 A Importância do Vínculo e da Confiança (Visão de Wallon)

Henri Wallon, médico e psicólogo francês, nos ensinou que a afetividade é o motor do desenvolvimento cognitivo. Para que a criança fique tranquila na escola para aprender, ela precisa sentir que seus pais confiam naquele ambiente.

A adaptação escolar (o momento do "tchau") é, muitas vezes, mais difícil para os pais do que para os filhos. A mãe sente culpa por "abandonar" o filho; o pai sente medo de que a criança não seja bem cuidada. Se a mãe demonstra insegurança, chora ou hesita ao deixar o filho, a criança interpreta a escola como um local perigoso.

Portanto, o trabalho pedagógico deve começar pelo acolhimento aos pais. A "reunião de pais" inicial não deve servir apenas para passar a lista de material escolar, mas para ouvir as angústias dessas famílias.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA PARCERIA

A parceria entre família e escola não é apenas uma questão de "boa vontade"; é uma determinação legal. O Brasil possui um arcabouço jurídico robusto que obriga essa cooperação.

4.1 A Constituição Federal de 1988

A Carta Magna, em seu Artigo 205, estabelece:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Note que a lei coloca Estado e Família no mesmo patamar de responsabilidade. Não existe hierarquia; existe corresponsabilidade.

4.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ECA (Lei 8.069/90) avança ainda mais. O Artigo 53, Parágrafo Único, garante aos pais o direito de ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da

definição das propostas educacionais. Isso significa que a escola que impede a entrada dos pais, que sonega informações sobre o desenvolvimento da criança ou que toma decisões curriculares sem consultar a comunidade escolar está, tecnicamente, ferindo um direito legal.

4.3 A BNCC e os Direitos de Aprendizagem

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, é explícita ao colocar a família como parceira. No campo de experiência "O eu, o outro e o nós", a BNCC destaca a necessidade de a criança interagir com outros grupos sociais além do familiar, mas sempre mantendo o vínculo afetivo.
A BNCC orienta que os relatórios de avaliação não sejam apenas burocráticos, mas documentos de comunicação com a família, escritos em linguagem acessível (evitando o "pedagogês"), para que os pais entendam exatamente como seu filho está evoluindo e como podem estimular o desenvolvimento em casa.

5. A ESCOLA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola não pode ser uma "caixa preta" onde os pais deixam os filhos no portão e só os retiram na saída. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) preconiza a Gestão Democrática do ensino público.

5.1 O Que é Gestão Democrática?

Segundo Vitor Paro (2008), gestão democrática implica na participação efetiva da comunidade nas tomadas de decisão da escola. Isso não significa que os pais vão decidir qual método de alfabetização será usado (isso é competência técnica dos professores), mas sim que eles devem participar das decisões administrativas e financeiras.
Os principais mecanismos dessa gestão são:

- Conselho Escolar: Órgão deliberativo composto por diretor, professores, funcionários, pais e alunos (nos anos finais). O Conselho decide, por exemplo, como gastar as verbas da escola.
- Associação de Pais e Mestres (APM): Entidade jurídica que auxilia a escola na integração com a comunidade e na arrecadação de recursos para melhorias.
- Projeto Político Pedagógico (PPP): É a "identidade" da escola. Ele deve ser construído coletivamente. Uma escola onde os pais não conhecem o PPP é uma escola autoritária.

Vitor Paro nos alerta sobre a falsa democracia:
"A participação não pode ser apenas uma presença física dos pais em festas ou reuniões para receber notas. A participação real implica em poder de decisão e em compromisso com os rumos da escola pública." (PARO, 2008, p. 45).

6. OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA RELAÇÃO

Apesar de toda a teoria e legislação, a prática diária é permeada por conflitos. Identificamos dois perfis extremos de comportamento familiar que desafiam a escola hoje:

6.1 A Família Ausente

São pais que nunca aparecem, não olham a agenda, não vão às reuniões e parecem terceirizar a educação dos filhos. Muitas vezes, isso não ocorre por falta de amor, mas por condições socioeconômicas precárias (pais que trabalham em dois turnos, moram longe). Cabe à escola não julgar, mas buscar estratégias de busca ativa, usando horários alternativos ou meios digitais (WhatsApp) para incluir esses pais.

6.2 A Família "Helicóptero" (Superprotetora)

No outro extremo, temos pais que "sobrevoam" a escola o tempo todo. Questionam cada arranhão, criticam a didática do professor, exigem tratamento VIP para seu filho e não aceitam que a criança seja contrariada. Esse comportamento é prejudicial pois impede o desenvolvimento da autonomia da criança. Içami Tiba, em seu livro "Quem Ama, Educa", aborda magistralmente essa questão:
"Muitos pais confundem amar com satisfazer todos os desejos. A escola é o lugar onde a criança descobre que ela não é o centro do universo. Quando os pais intervêm o tempo todo para poupar o filho de frustrações, estão criando 'reizi-

nhos' que sofrerão muito na vida adulta." (TIBA, 2002, p. 89).
A escola precisa ter firmeza pedagógica para impor limites a esses pais, explicando que a frustração (esperar a vez, dividir o brinquedo) é pedagógica e necessária.

7. ESTRATÉGIAS PRÁTICAS PARA FORTALECER O VÍNCULO

Não basta apontar os problemas; é preciso propor soluções. Como trazer os pais para a escola de forma construtiva?

7.1 A Entrevista de Anamnese

O vínculo começa na matrícula. A entrevista inicial (anamnese) não deve ser apenas um preenchimento de ficha de saúde. Deve ser uma conversa olho no olho. O professor deve perguntar: Como foi a gravidez? Quem escolheu o nome? O que a criança gosta de fazer? Quais são os medos dela? Isso mostra aos pais que a escola se importa com a subjetividade do seu filho, e não apenas com a mensalidade ou a vaga.

7.2 A Comunicação Eficiente e Não-Violenta

Muitos conflitos surgem de falhas na comunicação. O bilhete na agenda, muitas vezes frio e impessoal ("Seu filho mordeu o colega"), gera defensiva. A comunicação deve seguir a lógica da "Comunicação Não-Violenta" (CNV). Antes de apontar o erro, o professor deve relatar o contexto. Em vez de bilhetes punitivos, a escola pode usar:

- Agenda Positiva: Enviar recados elogiando conquistas da criança, não apenas reclamando.
- Redes Sociais: Grupos de transmissão (com regras claras) para enviar fotos das atividades pedagógicas, mostrando o "chão da escola".

7.3 A Escola de Pais

Uma estratégia excelente é a criação da "Escola de Pais" ou ciclos de palestras. A escola convida psicólogos, fonoaudiólogos ou os próprios professores para falar sobre temas de interesse das famílias: "Como tirar as fraldas?", "O uso excessivo de telas", "Limites e birras". Isso transforma a escola em um centro de referência e apoio, onde os pais vão para aprender e trocar experiências, e não para serem julgados.

7.4 O Dia da Família na Escola

Substituir as tradicionais apresentações "para inglês ver" (onde as crianças ensaiam mecanicamente para pais assistirem passivamente) por oficinas interativas. Exemplo: Oficina de Jardinagem, onde pais e filhos plantam juntos na horta da escola; Oficina de Brinquedos com sucata. Quando o pai senta no chão da escola para brincar com o filho, ele resgata sua própria ludicidade e cria uma memória afetiva positiva com o ambiente escolar.

8. METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo. O levantamento de dados ocorreu em bases como Google Acadêmico e Scielo, além de consulta direta a obras clássicas da pedagogia e documentos oficiais.
Foram selecionados livros e artigos publicados predominantemente nos últimos 20 anos, utilizando como descritores "Relação Família-Escola", "Gestão Escolar Democrática", "Educação Infantil" e "Legislação Educacional". A análise dos dados focou em identificar os pontos de convergência entre os autores, buscando aqueles que propõem soluções práticas para o conflito, saindo do campo da crítica vazia para a proposição de uma pedagogia do acolhimento.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura e da legislação permite concluir que não existe educação de qualidade sem a participação ativa da família. A escola sozinha é insu

precisa de autonomia.
Quando os pais se sentem respeitados, eles se tornam os maiores aliados do professor, reforçando em casa a autoridade docente e valorizando o estudo. Em última análise, quem ganha é a criança, que se desenvolve em uma rede de proteção coerente, onde os adultos responsáveis por ela falam a mesma língua: a língua do afeto e do compromisso com o futuro.
Uma escola de muros baixos e portas abertas é a escola que o Brasil precisa para formar cidadãos plenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
2. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069). Brasília, 1990.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Brasília, 1996.
4. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.
5. CORTELLA, Mario Sergio. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.
6. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
7. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2008.
8. SZYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano Editora, 2001.
9. TIBA, Içami. Quem ama, educa! São Paulo: Gente, 2002.
10. WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1995.